

A POLÍTICA LINGUÍSTICA EM HONG KONG

Miguel Santos Neves *, Rui Daniel Rosário **

A linguagem, de que a língua é um dos aspectos fundamentais, é um sistema de controlo social por excelência. Ao nível individual, desempenha um papel fundamental no processo de socialização do indivíduo, adaptando o seu comportamento às normas sociais. Ao nível social, a linguagem permite coordenar e articular os comportamentos individuais de forma a que estes convirjam para um fim comum (função coordenação--cooperação), para além de a língua desempenhar uma função de «expressão colectiva» (Buhler), funcionando como elemento de identificação do grupo, simultaneamente factor de coesão interna e de diferenciação relativamente ao Outro.¹

A língua é, além disso, a ferramenta fundamental de qualquer cultura: permite cristalizar as experiências acumuladas no passado organizando a memória colectiva e elaborando a história do grupo; funciona como o quadro formal de organização da percepção e do pensamento. Assim, a língua permite assegurar a permanência, a transmissão e a evolução das normas culturais, para além de constituir um instrumento fundamental das trocas culturais e dos processos de aculturação.

A língua não é, pois, um mero instrumento neutro de comunicação. As múltiplas relações entre os fenómenos linguísticos e os fenómenos sociais e culturais constituem uma área de estudo e reflexão extremamente interessante. Esse interesse é ainda maior no caso de Hong Kong, tendo em conta dois aspectos essenciais: o facto de se tratar de uma sociedade marcada por um fenómeno socio-linguístico riquíssimo, o multilinguismo; a situação excepcional criada pela *Declaração Conjunta Sino-Britânica* e a perspectiva de alterações políticas e sociais na sequência da transferência de soberania em 1997.

Três questões essenciais merecerão a nossa atenção neste trabalho: a caracterização da situação linguística de Hong Kong; a existência de uma política linguística delineada pelo governo, seus

* Jurista.

** Técnico do Gabinete de Estudos e Documentação do SAFF.

¹ A função da língua como símbolo do grupo ganhou uma especial relevância com a afirmação dos Estados soberanos nacionais a partir dos séculos XV-XVI. A língua passou, então, a assumir uma dimensão política fundamental, elemento de coesão da comunidade nacional e de diferenciação relativamente às outras nações: a autonomia linguística é uma expressão fundamental da soberania.

objectivos e sua adequação à realidade; e, finalmente, o quadro de evolução futura e as perspectivas criadas pela transferência de soberania em 1997.

1. Quando nos referimos à situação linguística de Hong Kong, pensamos de imediato no bilinguismo. Mas poderemos considerar que existe uma verdadeira situação de bilinguismo naquele Território? É evidente que a resposta a esta questão implica, antes de mais, saber qual o conceito de bilinguismo adoptado pelo observador, matéria polémica que ainda não conseguiu suscitar uma posição inequívoca e convergente por parte dos teóricos da sociolinguística.

Desde logo porque é mais correcto considerar a existência de indivíduos bilíngues do que de sociedades bilíngues - a definição de uma sociedade como bilíngue depende da expressão quantitativa e das características dos indivíduos bilíngues que dela fazem parte. Em segundo lugar, os dados da experiência revelam que quase todo o bilinguismo é assimétrico, isto é, não existe equilíbrio entre as duas línguas, o indivíduo bilíngue tende a utilizar uma língua em certos contextos e a outra noutros, verificando-se a tendência para uma delas predominar. Ora, uma das questões essenciais que dificulta saber o que é que se pode considerar verdadeiramente como bilinguismo é a definição do limite máximo de assimetria admitido no controlo das duas línguas para que se possa continuar a considerar alguém como bilíngue. A isto liga-se o problema das diversas dimensões de uma língua. Tendo presente a distinção entre capacidade de produção linguística ou de codificação (falar e escrever) e capacidade de recepção linguística ou de descodificação (ouvir e ler) compreendemos que uma língua apresenta dimensões extremamente variadas e que o indivíduo pode dominar algumas e não dominar outras: a dificuldade está em saber quais os aspectos mínimos que o bilíngue deve dominar em cada língua para que seja considerado como tal. É suficiente que domine a compreensão da segunda língua, por exemplo, ou exige-se que também seja capaz de nela se expressar? Têm sido dadas algumas respostas minimalistas a estas questões por autores como Macnamara (1967) que defende ser possível considerar um indivíduo como bilíngue desde que possua uma das múltiplas capacidades linguísticas no âmbito da segunda língua, ainda que com um nível de domínio extremamente reduzido.

Por outro lado o bilinguismo resulta fundamentalmente da coexistência entre indivíduos de línguas e culturas diferentes. Se a língua é uma das ferramentas fundamentais de qualquer cultura², poderemos considerar que possa existir bilinguismo sem biculturalismo? O bilíngue, para que possa ser considerado como tal, deve ou não participar no contexto cultural de cada uma

² As relações entre a linguagem e a cultura foram objecto de reflexão por parte da escola estruturalista, sobretudo através do trabalho de Lévy-Strauss, o qual considera que essas relações podem ser encaradas segundo três perspectivas diferentes: 1. Linguagem como *parte* da cultura - é um dos seus aspectos; 2. Linguagem como *produto* da cultura - reflecte, pela natureza e implicações dos sistemas simbólicos, certos traços característicos de uma cultura; 3. Linguagem como *condição* da cultura numa dupla perspectiva: a) Diacrónica - assegura a continuidade da cultura ao longo do tempo, assegurando a transmissão cultural; b) Sendo um sistema de comunicação privilegiado fornece a chave para a interpretação dos sistemas 44 particulares de comunicação que são os diversos aspectos da cultura.

das línguas que utiliza?

A posição que assumirmos relativamente a esta e outras questões afins condiciona em definitivo a apreciação do problema e a dimensão que reconhecemos ao fenómeno do bilinguismo numa dada sociedade.

Outros fenómenos próximos do bilinguismo tendem a ser com ele confundidos. É o caso da diglosia, situação linguística distinta do bilinguismo, que consiste na utilização de duas línguas ou variedades de línguas (Ferguson, o autor que criou o conceito, restringiu o seu âmbito às relações entre variedades da mesma língua, mas posteriormente veio a ser aplicado também às relações entre duas línguas diferentes), cada uma delas em domínios diferentes da vida social, correspondendo uma à *high variety*, com carácter formal, oficial e dotada de maior prestígio social, e a outra à *low variety*, com carácter informal, menos solene.

No caso da diglosia, existe um fenómeno de divisão de funções sociais das duas línguas, de acordo com critérios fixados pela comunidade e dotados de uma certa rigidez (uma é a língua das cerimónias oficiais, da administração, da política, e outra a língua das relações familiares, laborais, de amizade). A esta afectação funcional relativamente rígida corresponde uma valoração social diferente para cada uma das línguas envolvidas.

Diferentemente, o bilinguismo corresponde a um fenómeno de inter relação entre duas comunidades linguísticas e culturais diferentes que coexistem no espaço e no tempo e revela-se fundamentalmente ao nível das funções comunicativas intra grupai e inter grupai. Implica, além disso, um certo grau de escolha relativamente à utilização de uma ou outra língua.

A diglosia e o bilinguismo podem ou não coexistir. Podemos encontrar casos de bilinguismo sem diglosia, isto é, a existência de duas línguas sem definição de funções sociais específicas para cada uma de acordo com critérios criados pela própria comunidade - esta situação tende a ser transitória, pois evolui ou para uma situação diglósica ou para uma situação de assimilação linguística -, de diglosia sem bilinguismo e de diglosia com bilinguismo.

O caso de Hong Kong corresponde, em termos gerais, a um modelo misto de diglosia com bilinguismo, de acordo com os parâmetros definidos por Fishman (1972). Este autor estabelece uma distinção fundamental entre sociedades bilíngues com diglosia estáveis e sociedades bilíngues instáveis.

No primeiro caso, as línguas estão afectas a diferentes domínios da vida da comunidade; no segundo, não existe diglosia, a afectação funcional das línguas desaparece, sendo ambas utilizadas em regime alternativo, sobretudo nos domínios mais informais, como os círculos familiar e de amigos - a instabilidade, no segundo caso, deriva fundamentalmente do facto de ser uma situação transitória.

Em Hong Kong encontramos uma clara estrutura diglósica, correspondendo o inglês à *high variety*, língua a que corresponde maior prestígio social, usada nos meios governamentais e na comunidade de negócios do Território, e o cantonense à *low variety*. No entanto, o modelo de Hong Kong apresenta, em nossa opinião, características próprias que põem em causa a estabilidade referida por Fishman.

Desde logo porque a estrutura linguística é mais complexa, surgindo a par do inglês uma outra

high variety, o modern standard Chinese, pelo que parece estarmos antes perante uma estrutura tripartida e não bipartida.

Em segundo lugar, a situação de Hong Kong apresenta um claro desequilíbrio entre os dois elementos do fenómeno diglosia/ bilinguismo em favor do primeiro. Se encontramos uma afectação social das funções das línguas relativamente assumida por toda a comunidade, a verdade é que, de acordo com dados revelados por especialistas do Território, o índice de bilinguismo é extremamente baixo. De facto, existem muito poucos bilíngues verdadeiros capazes de alternar espontaneamente no uso do inglês e do chinês na quase totalidade das áreas da sua vida social (o que é uma característica essencial do bilinguismo). Em Hong Kong encontramos em maior número indivíduos cuja primeira língua é o chinês e que utilizam, em termos instrumentais e muito rudimentares, o inglês numa área muito específica da sua vida social, por exemplo na vida profissional. Tais indivíduos não deverão, em rigor, ser considerados bilíngues, não só porque o domínio que têm da segunda língua se situa bastante abaixo dos níveis mínimos exigidos, mas também porque ela não faz parte integrante da sua vida social.

Hong Kong é, portanto, uma sociedade mais diglósica do que bilíngue.

Outra característica importante da situação linguística do Território é a natureza não neutra da diglosia, o facto de esta ter imanente uma situação de conflito. Com efeito, o predomínio social do inglês está associado à situação histórica específica de Hong Kong, à presença da soberania britânica, e tem um fundamento muito mais político do que social. Ele é assim fonte de conflitos sociais e políticos (como aconteceu na década de setenta) e como tal é outra característica específica que joga em desfavor da estabilidade que Fishman associa aos modelos de bilinguismo com diglosia.

Concluindo, o caso de Hong Kong corresponde a um modelo de diglosia com bilinguismo com forte preponderância da primeira e uma fraca expressão do segundo. Este desequilíbrio, bem como o carácter conflitual da relação diglósica e a sua estrutura tripartida, contribuem para conferir instabilidade ao sistema, instabilidade que é agravada pela previsibilidade das alterações que serão introduzidas na sequência da transferência de soberania. No caso de Hong Kong, o bilinguismo, para além de ser um fenómeno de expressão reduzida, parece, assim, aproximar-se, cada vez mais, dos modelos de bilinguismo técnico desprovidos de fundamento sociocultural.

2. Existe uma verdadeira política (*policy*) linguística em Hong Kong, um conjunto de acções e instrumentos articulados e coordenados entre si dirigidos à prossecução de um fim comum? E se existe estará adequada às características linguísticas de Hong Kong? Que resultados produziu?

Estas são algumas das questões que se nos colocam quando analisamos a actuação da administração britânica e que tentaremos abordar de seguida.

A primeira impressão que colhemos é a de que não existe uma política linguística estruturada. A actuação da administração de Hong Kong tem-se caracterizado, nesta matéria, por uma certa descontinuidade e espontaneidade. Foram tomadas medidas pontuais na década de 70, em consequenciados movimentos sociais então verificados que ficaram conhecidos como «as duas campanhas pela língua chinesa»³.

Uma análise mais cuidada revela-nos, contudo, que é possível detectar a existência de uma linha de orientação, não obstante não existir, como dissemos, uma política formalmente estruturada que

corresponderia à prossecução de uma política de «manutenção da situação».

De facto, quando nos abtemos de agir sobre a realidade social, estamos muitas vezes, de forma consciente, a adoptar uma política de «defesa da situação». Face à situação diglósica de Hong Kong, terá sido entendido que" seria vantajoso não a alterar. Por outro lado, tentou-se expandir o nível de utilização social do inglês, reforçando, para tanto, o seu papel no sistema

³ As duas campanhas encontram-se intimamente relacionadas.

A primeira surge, como se referiu, nos finais dos anos 60 e culminou com a oficialização da língua chinesa em 1974.

A segunda campanha surge nos finais dos anos 70 (1978) e constitui um esforço de aprofundamento dos objectivos e das realizações da primeira.

De facto, as medidas tomadas em 1974 revelaram-se excessivamente formais pelo que a segunda campanha surge fundamentalmente como uma reacção à progressiva deterioração do ensino chinês e à frustração das expectativas criadas com o *Official Language Act* no que toca à promoção da língua chinesa.

A base da política de ensino de Hong Kong continuava a ser nos finais dos anos 70 o *Education White Paper* de 1965. Segundo este documento devia ser privilegiada a criação e promoção das escolas anglo-chinesas (onde o inglês é a primeira língua) em detrimento das chinesas, dado o estatuto de língua internacional que o inglês assumiu nos meios económicos e financeiros - era um claro desencorajamento à utilização do chinês nas escolas.

Assim ao nível das escolas secundárias tal orientação produziu os seguintes resultados:

Percentagem da população escolar ao nível do ensino secundário

Escolas	1976	1977
Anglo-Chinesas.....	81,42	83,14
Chinesas	8,42	16,86

A conclusão que se retirou destes números foi a de que o governo não estava a aplicar o princípio do tratamento igual das duas línguas.

Nos finais de 1977 o Governo produziu um documento que contribuiu igualmente para despoletar esta segunda campanha: o *Green Paper on Tertiary Education* onde se propunha a realização de um exame público no fim do chamado *Form 3*, o desenvolvimento do ensino técnico e a alteração do currículo académico da Universidade Chinesa no sentido da transição de um sistema de 4 para um de 3 anos (o que foi interpretado como uma ingerência abusiva e uma despromoção dos cursos ministrados por aquela Universidade).

Os objectivos fundamentais desta segunda campanha podem ser resumidos a três: 1. Pressionar o governo para que transforme a língua chinesa numa verdadeira língua oficial e eleve o estatuto e o uso social da mesma; 2. Tentar transformar a língua chinesa no meio de ensino nas escolas secundárias. 3. Aumentar o nível de qualidade do ensino das línguas chinesa e inglesa.

Utilizando a realidade do sistema de ensino para pôr em evidência fenómenos de injustiça e segregação social e cultural, a segunda campanha nasceu como um instrumento de contestação do sistema de ensino para se transformar num «agente» produtor de propostas de reforma social e política.

Como conclusão podemos considerar que a segunda campanha permitiu aos seus promotores compreenderem que o problema do uso da língua chinesa e o seu estatuto social era não o fulcro do problema, como na primeira campanha se entendeu, mas apenas uma das manifestações de fenómenos sociais mais complexos e profundos, para a resolução dos quais não era suficiente um acto formal que declare o chinês língua oficial.

de ensino ⁴ - veja-se o peso das escolas anglo-chinesas nos finais dos anos 70. A expansão do bilinguismo através do reforço da posição da segunda língua foi o outro objectivo da «política» linguística. Digamos mesmo que o facto do inglês ser língua veicular em muitas escolas do sistema de ensino, e não apenas ensinado como segunda língua, pretende, mais do que expandir o bilinguismo, condicionar culturalmente a população escolar.

Detectamos, portanto, a combinação de duas componentes: uma passiva, que visa manter a situação diglósica existente; outra activa, que pretende expandir o uso social do inglês enquanto segunda língua nas áreas informais da vida da comunidade.

Considerando estes objectivos, é interessante analisar a estratégia delineada para a sua realização.

Na área da administração, a preocupação quase exclusiva do governo tem sido a de tentar dotar os serviços onde há contacto directo com o público de uma estrutura bilíngue. O bilinguismo é, assim, encarado, numa perspectiva pragmática, como uma solução para um problema técnico, o da comunicação entre o público e a administração. Facilitar e melhorar esses contactos conferirá a essa administração maior abertura e aceitação e, simultaneamente, torná-la-à mais eficaz.

Na área da educação, uma orientação semelhante foi prosseguida. No *Education White Paper*, de 1965, a base fundamental da política de educação de Hong Kong nas décadas de 60 e 70, defende-se a hegemonia do inglês, através do aumento do número de escolas anglo-chinesas, procurando apoio em argumentos técnicos ligados ao papel do inglês na vida diplomática e económica internacional e consequente necessidade de preparar adequadamente os cidadãos de Hong Kong.

O acento tónico colocado na defesa do bilinguismo técnico (por oposição ao bilinguismo social), caracterizado por ser social e politicamente neutro, desprovido de carga social e emocional, e visando apenas a facilitação da comunicação, justificaria o facto do Estado surgir como organizador e impulsionador. A intervenção do poder político, tendo em conta o carácter neutro dos objectivos, não daria, assim, origem a conflitos sociais e a problemas de relacionamento entre comunidades diferentes, nem a sua acção correria o risco de ser considerada como parcial.

Concluimos, assim, que foi seguida uma estratégia hábil para atingir fins reais diferentes dos aparentes, uma estratégia aparentemente neutra para atingir fins que nada têm de neutro.

A posição do inglês como *high variety* da situação diglósica não tem um fundamento social real, pelo que possui um carácter artificial. A consolidação do estatuto social do inglês e a expansão do seu uso nas diversas áreas da vida da comunidade eram, portanto, tarefas de fundamental importância.

⁴ O facto de a segunda língua, o inglês, ser aprendido num contexto formal, a escola, origina que o bilinguismo existente seja um bilinguismo de «coordenação». Por oposição ao indivíduo «bilingue complexo», o «bilingue coordenado» aprende as duas línguas em contextos diferentes, uma no seio familiar, outra na escola, e é caracterizado por atribuir significados diferentes ou parcialmente diferentes a palavras e expressões correspondentes 48 nas duas línguas.

Após a Primeira Campanha da Língua Chinesa e a elaboração dos quatro relatórios da Comissão para a Língua Chinesa⁵, a administração de Hong Kong teve de introduzir alterações na sua estratégia. Fundamentalmente teve de aceitar a oficialização da língua chinesa, decisão que terá provavelmente visado não só satisfazer reivindicações apoiadas em princípios dotados de força excepcional, mas também acautelar o próprio futuro. Não podemos esquecer que seria inevitável, mais cedo ou mais tarde, assistir-se a um fenómeno de «normalização linguística», ou seja, ao reconhecimento do valor social do chinês e à atribuição do estatuto correspondente. Tentou-se, assim, estabelecer a paridade entre as duas línguas, o que não significou eliminar a situação diglósica anterior, mas apenas torná-la mais complexa.

Foi oficializado o chinês, mas que chinês? O *modern Chinese standard*, não o cantonense, que é, aliás, apenas uma variante oral.

Tem sido defendido por alguns que a «normalização linguística» só pode ser alcançada através da hegemonia da língua antes dominada, o que implicaria uma troca de posições entre o chinês e o inglês. Esta tese está de acordo com duas ideias fundamentais: a de que existem indivíduos bilíngues mas não comunidades com dois idiomas ao mesmo nível de igualdade; a de que há sempre desigualdade de prestígio social objectivo entre as duas línguas faladas pelo indivíduo bilíngue.

Estes dados poderiam fazer prever uma evolução desfavorável da posição do inglês, pelo que é de crer que com a oficialização da língua chinesa em 1974 e medidas subsequentes se tentou conseguir:

⁵ Estes relatórios surgem na sequência da *Campaign for Chinese to be an Official Language* desencadeada nos finais dos anos 60. Este movimento teve antes de mais um carácter simbólico de condenação do sistema colonial vigente - os acontecimentos de 1967, ainda bastante presentes na memória de todos, terão contribuído igualmente para a génese e para o cariz político que o movimento assumiu.

Os promotores da campanha invocavam antes de mais aquilo a que chamavam um *déficit* democrático, o que se ligava ao facto de 98% da população de Hong Kong, a esmagadora maioria portanto, falar chinês e de o mesmo não ter um estatuto oficial. O não-domínio do inglês era também critério para, independentemente da qualidade das qualificações profissionais, retirar a muitos cidadãos de origem chinesa a possibilidade de acesso a certos lugares de topo da administração, o que era tido por bastante injusto.

Por outro lado, e atendendo ao facto de a língua constituir um instrumento fundamental de uma cultura, não atribuir ao seu uso um valor social acrescido, significa não preservar a cultura à qual serve de veículo.

A preservação da tradição e da dignidade da cultura chinesa exigia uma tomada de posição firme por parte da comunidade chinesa, de acordo com a tese defendida pelos líderes do movimento.

A campanha culminará em 1971 com o famoso abaixo-assinado das 300 mil assinaturas posteriormente enviado para Londres acompanhando uma petição formal dirigida ao governo britânico e na qual se defendia a oficialização da língua chinesa.

Como reacção a este movimento, o governo de Hong Kong criou o Chinese Language Committee encarregue do estudo do problema e da posterior produção de um relatório sobre o mesmo.

As conclusões fundamentais destes quatro relatórios são as seguintes:

1. No primeiro relatório (Fevereiro de 1971) propõe-se que seja introduzida a tradução simultânea dos discursos e debates ocorridos no Urban Council e no Legislative Council. O governo deverá assim expandir o serviço de intérpretes-tradutores de forma a permitir que os indivíduos com dificuldades no domínio do inglês não impedidos de ter uma participação cívica mais activa.

- a) Tornar irreversível e consolidar o princípio da igualdade de tratamento das duas línguas e da paridade dos respectivos estatutos, princípio dotado de uma força intrínseca excepcional, capaz de resistir à mudança dos tempos. Da aceitação deste princípio poderá depender, a longo prazo, a posição da língua inglesa;
- b) Que o inglês continuasse a ser o ponto de referência fundamental, pois deveria ser o chinês a adaptar-se ao estatuto actualmente conferido à outra língua
- c) Fazer aceitar a ideia, nomeadamente pela comunidade chinesa, de que a solução deverá ser sempre a do «alinhamento por cima» travando, assim, a possibilidade de qualquer ideia de despromoção do inglês.

A ausência de fundamento social para a posição do inglês como *high variety criou* uma situação instável. Mas mais problemático do que isso é o desequilíbrio entre a ampla utilização do chinês e o seu estatuto social, numa sociedade onde a função da língua como símbolo do grupo tem sido exacerbada, situação que constitui uma fonte potencial de conflitualidade social. Estes dados parecem não ter sido tomados em consideração por quem definiu a política linguística, de tal forma que a instabilidade do sistema veio sendo sucessivamente agravada pela persistência do predomínio do ensino anglo-chinês. A aprendizagem do inglês pela população chinesa tem sido mais imposta do que desejada e essa é, sem dúvida, uma das razões que explica o baixo nível de bilinguismo em Hong Kong. Não podemos esquecer que entre aprender uma língua e utilizá-la nos diversos domínios da vida social vai uma distância considerável - o bilinguismo tem muito mais a ver com a utilização da

-
2. O segundo relatório (Abril de 1971) propõe que o governo utilize simultaneamente o inglês e o chinês o mais frequentemente possível de forma a atribuir às duas línguas um estatuto igual.

É proposta a criação de um departamento de tradução que contribuiria para aumentar o nível de qualidade de tradução dos funcionários públicos e que organizaria cursos de formação essenciais para o aumento do pessoal qualificado no âmbito das tarefas de tradução.

3. O terceiro relatório (Junho de 1971) reconhece que nos tribunais de Hong Kong o chinês não adquiriu um estatuto idêntico ao inglês.

Daí que se proponha a possibilidade de os juizes decidirem se nas audiências se utiliza o inglês e/ou o cantonense.

O Law Party Committee propôs a tradução de todas as leis de Hong Kong para chinês devendo desde logo as novas leis ser publicadas nas duas línguas. Defendia-se igualmente a tese de que a versão inglesa prevaleceria no caso de discrepância entre os textos em inglês e chinês.

4. Finalmente no quarto relatório (Julho 1971) propõe-se que seja criado um departamento central encarregue da supervisão do trabalho de tradução levado a cabo pelos diversos departamentos da administração.

Igualmente se recomenda que o Departamento de Educação actue no sentido de elevar o nível de ensino do chinês e do inglês nas escolas secundárias de Hong Kong.

Como conclusão final, propõe-se que o chinês seja considerado, a par do inglês, como língua oficial e exorta-se o governo a desenvolver uma política firme que permita assegurar um tratamento igual para as duas línguas.

Como consequência destes Relatórios será publicado em 1974 o *Official Language Act* que confere ao chinês o estatuto de língua oficial. Estava encerrada a primeira campanha pela língua chinesa!

língua do que com a sua aprendizagem.

A isto acresce o facto de existir uma contradição fundamental entre a motivação de quem aprende, a qual assumirá, no máximo, uma perspectiva instrumental, e a motivação de quem ensina, muito mais voltada para uma perspectiva integracionista.

Em termos de apreciação global, parece-nos que a política linguística adoptada não foi dotada da flexibilidade necessária, revelando-se algo inadequada à realidade e incapaz de gerir eficazmente os conflitos latentes. Por isso mesmo e porque, afinal, não conseguiu consolidar o bilinguismo nem aumentar a sua expressão, é de concluir que a sua eficácia foi reduzida.

3. «Como complemento ao chinês, o inglês poderá também ser usado na administração e nos tribunais da Região Administrativa Especial de Hong Kong».

«Na Região Administrativa Especial de Hong Kong, deverá ser ministrado o sistema educacional anteriormente praticado em Hong Kong. O governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong deverá decidir por si próprio as políticas relativas ao sistema educacional e à sua administração, à língua de instrução [...] As organizações religiosas e comunitárias manterão a sua autonomia e poderão prosseguir o recrutamento de pessoas e a utilização de materiais de ensino provenientes do exterior de Hong Kong».

Estas duas passagens da *Declaração Conjunta Sino-Britânica* (caps. I e x) que se referem, respectivamente, às áreas da estrutura do governo e da educação, são fundamentalmente os dados disponíveis para se poder abordar o quadro possível da evolução e perspectivas futuras das línguas inglesa e chinesa a partir da leitura do texto do acordo.

Não podemos, a partir delas, retirar a conclusão de que ao inglês será concedido um estatuto especial, e muito menos o de língua oficial; é-lhe, sim, atribuído o benefício de continuar a ser uma língua tolerada na administração e nos tribunais, e poderemos arriscar como muito provável a sua continuação como língua de aplicação e utilização em domínios restritos da vida social.

O que alguns vêm pondo em causa, a começar pelos próprios especialistas em linguística e educação, é a política seguida pela administração na área do ensino do inglês, para a qual se torna necessário perspectivar que nível de aprendizagem da língua se deve obter e em que moldes se deve realizá-la⁶.

Ainda recentemente o governo de Hong Kong deu seguimento a um arrojado e controverso plano de criação de um esquema piloto para o ensino da língua inglesa em Hong Kong, com a duração de dois anos e um orçamento de cinquenta e três milhões de dólares de Hong Kong, o qual será levado a cabo por professores vindos de Inglaterra e relativamente ao qual tanto os professo

«Why expat English System must fail», *South China Morning Post* de 24-12-87.

res como os alunos nele envolvidos não parecem estar a manifestar o entusiasmo inicialmente previsto⁷.

Para alguns daqueles especialistas, uma das soluções mais positivas seria a de o governo, em vez de tentar promover o inglês à custa da secundarização das outras línguas, estimular de uma forma equilibrada a aprendizagem do inglês, do cantonense e do *putonghua*. É, aliás, a este último que caberá estabelecer uma afinidade cultural entre todos os nacionais chineses, tendo a China, em 1949, promovido o *putonghua* como língua nacional capaz de realizar a unificação política do país.

A utilização de uma língua como meio de instrução tem de ter em conta não apenas um correcto domínio falado e escrito dessa língua, mas sobretudo a adequação que essa língua faculta para a transmissão de conhecimentos e ainda como estímulo para a existência de um pensamento crítico entre os estudantes.

Com o inglês não se passa assim nas escolas anglo-chinesas de Hong Kong, onde os professores têm muitas vezes de recorrer ao cantonense como maneira de melhor se fazerem entender e serem entendidos no decorrer das aulas de língua inglesa.

O campo da educação é, pois, um daqueles em que mais se pode falar de uma tentativa de política de bilinguismo.

É previsível que a evolução do sistema de ensino se venha a caracterizar por uma preferência dada ao cantonense e ao mandarim como meios de instrução. Em Hong Kong, onde 98% das famílias falam nas suas casas o cantonense, é natural que esta língua se torne aquela que menos problemas de comunicação entre os falantes levanta.

Ao inglês resta-lhe o papel fundamental de não se tornar uma língua morta, da qual só se conheçam algumas citações célebres a evocar nos tribunais.

A liberdade com que, de futuro, as pessoas se irão inscrever numa escola de língua inglesa, prende-se não com o facto de essa ser uma escolha imposta, um investimento numa carreira, ou a entrada no restrito mundo das pessoas bem educadas e de prestígio, mas sim uma escolha livre de constrangimentos sociais, onde o inglês será encarado já não como a língua dominante, mas como a língua que sobretudo ao nível da aprendizagem superior permite o acesso a um sistema qualificado de ensino e a um corpo de conhecimentos técnicos especializados.

À medida que a língua chinesa for crescendo de importância, o inglês não perderá, contudo, parte do seu importante papel como língua franca⁸, sobretudo nos contactos internacionais a domínios

⁷«English scheme runs into trouble», *South China Morning Post* de 30-11-87.

⁸O conceito de língua franca refere-se a qualquer língua utilizada para superar as barreiras linguísticas entre dois indivíduos de duas comunidades diferentes.

A U.N.E.S.C.O. definiu língua franca como «a língua utilizada por indivíduos cuja língua materna é diferente com o objectivo de facilitar a comunicação entre si».

Samarin identifica quatro tipos de línguas francas:

1. Língua comercial: língua usada por algumas pessoas como segunda língua em situações comerciais num território contíguo vasto quando estão fora do seu *habitat* natural.

2. Língua de contacto: língua cujo uso não é necessariamente habitual.

3. Língua internacional: língua usada internacionalmente. O inglês tende a ser considerado como uma língua muito próxima da língua internacional.

4. Língua auxiliar: língua franca artificialmente construída (caso do esperanto).

do comércio e da indústria.

O interesse do inglês enquanto língua de grande utilização nos meios económicos e financeiros internacionais tem reflexos na própria China, onde o interesse pela aprendizagem do inglês é grande, sendo um dado geralmente aceite que a níveis elevados de escolaridade a língua inglesa é factor importante para o acesso a obras técnicas especializadas.

No entanto, tirando os postos dirigentes da administração e as altas esferas da actividade económica, o sistema de Hong Kong não precisou de muita gente a dominar a língua inglesa para funcionar. E é exactamente na capacidade de se tornar uma língua funcional fora dos círculos bem frequentados da sociedade e das salas de aula que o inglês perde aos pontos em relação ao cantonense.

Para alguns, a culpa do decréscimo verificado na competência linguística dos falantes do inglês em Hong Kong tem a ver com o inevitável processo que numa estrutura colonial a língua vernácula - no caso o cantonense -impõe à língua importada - o inglês. Esta última tem tendência a evoluir para uma espécie de «patois» absorvendo muitas das características vibrantes da língua mais utilizada localmente.

Para outros, e esta é talvez a posição mais acertada, o inglês perderá durante a fase de transição e depois de 1997 o seu papel de língua dominante na administração e nos negócios, facto que leva muita gente a considerar que o esforço de aprendizagem da língua inglesa a um nível de alta competência linguística não se justifica numa altura em que o cantonense e principalmente o *putonghua* serão as línguas dominantes da futura administração, bem como dos negócios a emprender com a República Popular da China.

Nos tribunais, a hipótese de o inglês continuar a ser uma língua largamente utilizada é bastante viável. De notar que em Novembro de 1970 a Comissão de Língua Chinesa nomeava uma subcomissão encarregada de elaborar um relatório cujos pontos de referência mais importantes foram, por um lado, a questão de se saber se ao chinês (oral ou escrito) poderia ser dado um estatuto igual ao do inglês nos tribunais, e, por outro, se seria ou não viável a publicação das leis de Hong Kong quer em inglês, quer em chinês. Depois de tecer várias considerações sobre o primeiro destes pontos, a subcomissão dava um parecer negativo. Os argumentos utilizados prendem-se com a dificuldade que há em traduzir a legislação inglesa aplicada em Hong Kong para o chinês, já que a mesma encerra em si própria toda uma história do pensamento jurídico anglo-saxónico construída ao longo de séculos. A mesma subcomissão apontava o exemplo de países como a Índia, o Ceilão, a Malásia e Singapura onde o inglês continua a ser ainda utilizado. Os responsáveis por este relatório fazem também a distinção entre a igualdade de estatuto entre duas línguas e a igualdade de utilização⁹.

Não admira, assim, que um dos grandes esforços actuais da administração de Hong Kong, por um lado, e das autoridades chinesas, por outro, seja a actual preparação de técnicos e a mobilização de meios que possibilitem a tradução e interpretação para o chinês do sistema jurídico aplicado a

⁹ «Report of the Legal Sub-Committee to the Chinese Language Committee» in *Third Report of the Chinese Language Committee*, Junho de 1971.

Hong Kong.

Na área da justiça, cabe aos negociadores da Lei Básica definir os moldes em que a utilização do chinês e do inglês poderá ser feita nos tribunais. Para Martin Lee, um dos membros da comissão para a elaboração da Lei Básica, devem ser criadas cláusulas na Lei que permitam ao juiz decidir em que língua deverá decorrer um julgamento em que os advogados de acusação e defesa não cheguem a um acordo sobre esta questão.

A maneira como irá evoluir a transformação do sistema legal em Hong Kong terá reflexos importantes na estabilidade política e económica futura do Território. Se não forem mantidas algumas das características próprias do Território em matérias relacionadas com o direito e a justiça, e se se pretender que a lei seja a mesma em Hong Kong e na China, a confiança e a prosperidade da colónia sofrerão grandes recuos. A tradução das leis orgânicas de Hong Kong para chinês será a primeira grande tarefa para a qual o vizinho território parece não contar ainda com pessoal preparado em número suficiente.

Concluindo, pensamos que a posição futura do inglês é o elemento que apresenta maior incerteza no sistema.

Parece-nos útil considerar separadamente as perspectivas de evolução relativamente à diglossia, por um lado, e ao bilinguismo, por outro.

A *Declaração Conjunta Sino-Britânica* não estabelece qualquer garantia quanto à manutenção do inglês como língua oficial. Pelo contrário, quanto a nós, a letra e, porventura, o espírito da *Declaração* apontam mais para um papel subsidiário do inglês. O *putonghua* («a língua comum») terá tendência para se tornar a língua dominante da administração e para ocupar o lugar do inglês como *high variety* da relação diglósica. Provavelmente não deixará de haver diglossia mas, agora, com novos actores, o *putonghua* e o cantonense.

Quanto ao bilinguismo, parece-nos que o seu principal agente, o sistema de ensino, sofrerá alterações de vulto neste campo. Com efeito, é significativo que a *Declaração Conjunta* consagre a manutenção do sistema educativo ressalvando, no entanto, a possibilidade do governo da futura Região Especial de Hong Kong decidir autonomamente sobre a língua de instrução. Permanece a incógnita de se saber se o inglês continuará a ser ensinado nas escolas como língua estrangeira.

O estatuto económico internacional de Hong Kong será um argumento forte para que se desenvolvam fenómenos de bilinguismo técnico em certos domínios, socialmente neutros, com a função de língua de informação especializada. O inglês, língua da potência colonial, com conotações políticas e sociais importantes, sofrerá um processo de transfiguração, tornando-se numa língua neutralizada, com funções de carácter técnico, como que despida da sua carga cultural.

Referência

Fernando Penalosa, *Introduction to the Sociology of Language*, Long Beach, California State University, Newbury House Publishers Inc., 1981.